

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.211.913 - SP (2017/0294289-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : RUMO MALHA PAULISTA S.A**  
**ADVOGADOS : FÁBIO MARTINS DI JORGE - SP236562**  
**GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
**ADVOGADO : FABIANO SALINEIRO - SP136831**  
**AGRAVADO : EBER WILLIAMS LUCIANO**  
**ADVOGADO : LÍGIA BARROS DE FREITAS - SP168049**  
**INTERES. : BRADESCO AUTO RE CIA DE SEGUROS S/A**  
**INTERES. : IRB BRASIL RESSEGUROS S/A**  
**ADVOGADO : MARCIO ALEXANDRE MALFATTI E OUTRO(S) - SP139482**  
**INTERES. : UNIBANCO AIG SEGUROS S/A**  
**INTERES. : BRASIL FERROVIAS S/A**  
**INTERES. : FERRONORTE S/A FERROVIAS NORTE BRASIL**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos da COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.098):

Responsabilidade civil - Atropelamento por trem - Empresas que não tomaram cautelas para evitar o acidente, como colocação de placas de sinalização, muros - Ausência de passarelas ou lugar para travessia de pedestres - Negligência configurada - Perda de duas pernas e uma mão - Necessidade do uso de próteses - Pensão mensal devida, com base no valor do último emprego, desde o evento danoso e com direito a 13º salário - Dano moral e estético configurado - Manutenção do valor fixado na sentença - Majoração dos honorários advocatícios, em razão da complexidade da causa, que envolveu muitas seguradoras denunciadas - Recurso das rés e das seguradoras improvido e do autor parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 1.138/1.144).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 1.687/1.700).

# Superior Tribunal de Justiça

Com contraminuta (e-STJ fls. 1.712/1.724), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 757 e 760 do Código Civil de 2002; e 14, § 3º, II, da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Alega que "[...] ao se aventurar na travessia, mesmo conhecedor dos perigos, o Recorrido assumiu, por única e exclusiva vontade, o risco iminente de um possível acidente, ao qual, no presente caso, acabou por ocorrer [...]" (e-STJ fl. 1.388).

Afirma que "[...] não há o que se falar em indenização devida pelas rés [...]" (e-STJ fl. 1.389).

Argumenta que "[...] por ser a Recorrente estranha na relação estabelecida na ação principal, não responde solidariamente com as suas seguradas no caso de condenação [...]" (e-STJ fl. 1.392).

Aduz, ainda, que "[...] a contraprestação da seguradora é garantir os interesses dos segurados em função da ocorrência de riscos pré-determinados, sendo essa a essência dessa modalidade de contrato [...]" (e-STJ fl. 1.396).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.445/1.459 e 1.575/1.580).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 2 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Não assiste razão à agravante.

De início, quanto às demais questões aventadas pela parte ora agravante, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (e-STJ fls. 1.103/1.104):

[...]

A responsabilidade das rés pelo evento danoso que causou graves prejuízos ao autor veio demonstrada nos autos através do conjunto probatório produzido pelas partes, não havendo nada a indicar que o autor tenha agido com culpa exclusiva no acidente que o vitimou, como se alegou.

Não se demonstrou que o autor praticava surfe ferroviário como se alegou em sede de contestação, nem se provou que ele tenha transposto qualquer obstáculo ou desrespeitado a sinalização para efetuar a travessia da via férrea. Também não se comprovou que haveria qualquer local apropriado para a travessia de pedestres, como uma passarela ou uma passagem de nível para pedestres.

O autor aguardava para atravessar quando, em virtude do terreno acidentado, acabou caindo, sendo ferido pela composição férrea, não lhe podendo ser imputada qualquer culpa pelo evento descrito na inicial, se o local era dado a travessia de pedestres e nenhuma providência foi tomada para impedir que o local se tornasse passagem para os transeuntes que queriam chegar ao bairro do outro lado.

A fls. 689, o autor contou que estava esperando o trem passar, pois iria jogar bola do outro lado da linha férrea, quando escorregou, sua bolsa enroscou no trem e sofreu as lesões descritas na inicial.

Segundo a vítima, não havia grades, muros de proteção, aviso, nem passarela, mas apenas *"uma rua bem pra frente passa em cima da linha do trem e tem uma pontinha que não tem passagem pra pedestres"* e que a passagem de nível que ficava há quase um quilômetro.

A testemunha Douglas Cristina Grecco, a fls. 691, confirmou a versão apresentada pela vítima, dizendo que não há alambrado algum, nem passarela e que *"tem uma passagem de nível que passa carro mas não tem passagem pra pedestres; ali só passa carro; inclusive um carro tem que esperar para outro passar."* Informou que a passagem de nível é ainda mais longe que a dos casos, um ou dois quilômetros para frente.

Segundo o bombeiro José Roberto Carlos (fls. 693) que socorreu o autor, *"pelo que eu vi lá a população não tem assim um local certo para passar porque é tudo aberto"*, não havendo passagem definida para pedestres, nem proteção com alambrado, muro. Respondeu que não existe passagem para pedestres: *"não passagem para pedestres eu não conheço, tem uma passagem pra carro, a nível de carro."*

A testemunha Ademir dos Santos Nicolau, a fls. 695, também falou das duas passagens apenas para veículos, mais adiante de onde o autor iria fazer a travessia da linha de trem.

A versão trazida na inicial veio fartamente comprovada pelas provas produzidas nestes autos, não tendo as requeridas logrado demonstrar que a vítima agiu com culpa, colaborando para o acidente.

Conforme decidido na fase saneadora, sem que tenha havido recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

contra referida decisão, a responsabilidade das companhias ferroviárias é solidária, pois a administração das ferrovias é unificada e a atuação das requeridas é conjunta.

Assim, correta a decisão que, verificando a existência da omissão das requeridas, que agiram com culpa, não tomando providências para evitar esse e outros acidentes, responsabilizou-as pelos danos suportados pelo autor, estando presentes todos os requisitos para tal (culpa, omissão, nexo causal e dano).

[...]

Em sede de embargos de declaração, ressaltou o Colegiado local que (e-STJ fls. 1.142/1.144):

[...]

O acórdão manteve a determinação da sentença no sentido de que o ressarcimento pelas seguradoras dos valores pagos pelas corréis será realizado com base no contrato firmado entre as seguradoras e os segurados. Desnecessário apontar cada cláusula e condição estabelecida nos contratos de seguro se já existe determinação de observá-las.

[...]

Conforme apontado anteriormente, o ressarcimento dos valores pelas seguradoras deverá observar o contrato de seguro. Havendo limitações de cobertura no contrato, estas deverão ser observadas. O acórdão analisou e afastou a tese da recorrente, concluindo pela responsabilidade das rés pelo acidente, bem como justificou a majoração da verba honorária. A embargante deverá recorrer à via cabível para manifestar sua insatisfação com o resultado da demanda.

[...]

O acórdão confirmou a culpa das rés pelo acidente e afastou a tese da culpa exclusiva da vítima, assim como reconheceu a obrigação das seguradoras em reembolsar os valores gastos, de acordo com o disposto no contrato de seguro. A decisão está fundamentada e não merece reforma.

[...]

Dessa forma, reinterpretar as cláusulas contratuais e, ainda, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, para chegar a conclusão distinta, incidem, portanto,

respectivamente, as Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO. ESCALONAMENTO DA INDENIZAÇÃO EM FUNÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. IRRESIGNAÇÃO FUNDADA NA VALIDADE DA ESTIPULAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO DIALOGAM COM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF. PROPORCIONALIDADE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. O acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do apelo nobre, demanda revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e do contrato, situação que atrai os óbices do disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

[...]

4. Agravo interno interposto por Bradesco Vida e Previdência S.A. desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.203.776/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 18/5/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE VIDA. INCAPACIDADE PARCIAL DECORRENTE DE DOENÇA. AUSÊNCIA DE COBERTURA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR O GRAU DE INVALIDEZ EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. A revisão das conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias, quanto ao grau de invalidez da segurada e à extensão da cobertura contratada, demanda a revisão do acervo fático-probatório dos autos e a interpretação das cláusulas contratuais do contrato de seguro, o que é vedado pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 636.919/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO,

# *Superior Tribunal de Justiça*

QUARTA TURMA, julgado em 1º/9/2015, DJe 24/9/2015).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, deixo de majorar os honorários em face de a publicação do acórdão ter-se dado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

